



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Ética, Direitos Humanos e Serviço Social**

**Sub-eixo: Ética e ética profissional: fundamentos ontológicos e objetivações cotidianas**

## **A QUESTÃO ÉTICO-POLÍTICA E A COMPREENSÃO DA SOCIABILIDADE HUMANA A PARTIR DO TRABALHO**

**CAMILA CRISTINA DE CASTRO SOUZA<sup>1</sup>**

### **RESUMO**

O presente trabalho propõe uma reflexão sobre a questão ético-política enquanto contribuição para a compreensão das relações e sociabilidade humana na sociedade de classes ocidental. Para tal objetivo parte-se de uma perspectiva ontológica de compreensão do ser social a partir da produção bibliográfica existente sobre ética, política e práxis ético-política. Nesse aspecto buscou-se realizar uma interlocução entre os teóricos das ciências sociais em torno das categorias fundamentais de análise, com centralidade na categoria trabalho.

**Palavras-chave:** valores, ética, política.

### **ABSTRACT**

The present article proposes a reflection on the ethical-political issue as a contribution to the understanding of human relationships and sociability in western class society. For this purpose, we start from an ontological perspective of understanding the social being from the existing bibliographical production on ethics, politics and ethical-political praxis. In this regard, an attempt was made to carry out an interlocution between social science theorists around the fundamental categories of analysis, with a focus on the work category.

**Key words:** Values, Ethics, policy.

## **1. INTRODUÇÃO**

É preciso pensar a questão ético-política a partir de uma perspectiva ontológica e seus

---

<sup>1</sup> Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

fundamentos para a compreensão da sociabilidade humana. Ao considerarmos que o trabalho é fundamento para a existência do sujeito enquanto ser social, é necessário partir da intencionalidade transformadora desse trabalho, considerando as atuais relações sociais em vigor. O que o trabalho tem a ver com ética? Primeiramente não há ética sem relação dos homens entre si e não há sociedade sem trabalho. A capacidade humana de atribuir valor às coisas enquanto construção social só pôde ser desenvolvida a partir da capacidade humana de transformar a natureza em coisas e ao transformar a natureza, transformar a si mesmo. Dessa forma, o primeiro ponto que devemos destacar é que a ética e a política não podem ser consideradas categorias abstratas, mas sim em sua universalidade e em sua objetivação na sociedade de classes. Isto posto, considera-se a ética enquanto uma forma de reflexão crítica sobre a moral e sobretudo capacidade de realização humana.

Esse é um tema sobre algumas das capacidades mais humanas que temos. Partindo do concreto para entender suas determinações e ao concreto retornar, não apenas apresentando os temas a que nos propomos a problematizar, mas desenvolvendo-os em diálogo com o concreto, compreendendo sua dinâmica e suas determinações. Para entender a relação do homem com a natureza e com os outros homens, é necessário abordar trabalho, ser social, capacidade teleológica e valores enquanto relações e não somatório de partes. A construção de valores nesse contexto é o que dará base para uma objetivação da moral, que por sua vez se expressa como base de reflexão da ética, conforme veremos posteriormente.

Em todas as sociedades é preciso organizar-se para produzir e reproduzir a vida material e intelectual. Nesse aspecto, a produção é sempre uma atividade social, embora não possamos resumir a existência social apenas ao trabalho. Apesar disso, as relações sociais, a vivência do ser social em toda a história é condicionada pela forma como a produção da vida é organizada e pela forma como o trabalho se dividirá no processo de produção. Do mesmo modo, as relações sociais construídas entre os homens, enquanto relações de mutualidade, reciprocidade e em contínua construção de vínculos, são permeadas por complexos sociais necessários à vida em coletividade, produzindo um pôr teleológico secundário, ou em outras palavras: materialidades e subjetividades. Nesse aspecto a criação de valores assume um papel fundamental enquanto mediação no mundo do trabalho e relações sociais.

Diante do necessário estabelecimento de vínculos entre os homens para a garantia da reprodução social, os valores são estabelecidos a partir das relações sociais fundamentais nesse processo. Nessa relação os homens são sujeito e objeto da história. Ou em outras palavras,



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

produtos e produtores a partir de sua organização na produção da vida social. Nesse contexto, o ser social produz valores ao mesmo tempo que é influenciado por eles; valores tais que partem da ação humana concomitantemente ao fato de que orientam a referida ação.

Diante do exposto, o presente trabalho propõe uma reflexão sobre a questão ético-política enquanto contribuição para a compreensão das relações e sociabilidade humana na sociedade de classes ocidental. Para tal objetivo parte-se de uma perspectiva ontológica de compreensão do ser social a partir da produção bibliográfica existente sobre ética, política e praxis ético-política. Nesse aspecto buscou-se realizar uma interlocução entre os teóricos das ciências sociais em torno das categorias fundamentais de análise, com centralidade na categoria trabalho.

## 2 A PRÁXIS ÉTICO- POLÍTICA E O TRABALHO

Segundo Vasquez (1998), os valores devem ser considerados enquanto construção social para a natureza, produtos do trabalho e conduta humana. Cotidianamente nos deparamos com situações que nos provocam e nos obrigam a assumir determinadas posições e apenas a partir dos juízos de valores que realizamos é que podemos tomar decisões frente a essas situações:

A presença dos valores na vida social é um fato ontológico inegável. A vida cotidiana é permeada por demandas de caráter ético-moral: todas as ações práticas, desde a sua projeção ideal até o seu resultado objetivo, são mediadas por diferentes valores. “Quando afirmo ou nego, proíbo ou aconselho, amo ou odeio, desejo ou abomino, quando quero obter ou evitar alguma coisa, quando rio, choro, trabalho, descanso, julgo ou tenho remorsos, sou sempre guiado por alguma categoria orientadora de valor, frequentemente mais de uma.” (HELLER, 1872, p. 58)

Segundo Bonetti (1998) o posicionamento dos indivíduos, quanto a situações como estas, se refere às suas ações morais, exercidas a todo o momento e que podem diferir de acordo com o período ou grupo social aos quais estão relacionadas. Assim estamos dizendo que em cada sociedade e/ou em cada determinado grupo social existem princípios, normas que diferenciam essas atitudes morais<sup>2</sup> em relação a problemas práticos que ocorrem nas relações sociais no cotidiano.

Sob a mesma perspectiva, Barroco (2010b, p. 29) posiciona a moral enquanto expressão dos valores construídos nas relações, destacando a sua importância na história dos

---

<sup>2</sup> Com base nos pressupostos de Luckács (1979) e Barroco (2010b) entendemos a categoria moral enquanto um conjunto de regras e costumes socialmente instituídos, e por isso mesmo uma categoria ontológica, que serve de modelo para a vivência dos indivíduos visando à organicidade da vida cotidiana em uma dada sociedade e em dado momento histórico.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

homens, “assim se coloca o caráter objetivo dos valores; eles sempre correspondem a necessidade e possibilidades sócio-históricas dos homens, em sua práxis”. Quanto a valoração, abre-se à consideração de que valores em si não são apenas positivos. Para toda ação, a todo o tempo, valoriza-se positivamente e negativamente. Por isso ao falar de valores, não estamos necessariamente considerando que estes são emancipatórios, democráticos, ou contribuem para o estabelecimento de uma sociedade com liberdade e igualdade. Há valores que são construídos na contramão da emancipação, que contribuem para a manutenção de ordens societárias totalitárias e que tenham por fundamento a exploração do trabalho e opressão entre os homens. Em Heller (1972) e Vasquez (1998) podemos observar que há a valoração do próprio valor, não deixando, no entanto, de compreendê-los enquanto valores.

Os humanos, uma vez que determinados socialmente, ao valorarem um objeto ou princípio, estarão influenciados pelos interesses sociais postos em questão. Nessa seara o modo de produção, as relações sociais, o período histórico, dentre outras determinações são fundamentais para a valoração, pois os valores não existem em si, e muito menos são criações do pensamento. Os valores são ontologicamente uma relação entre o concreto e a subjetividade. É a partir dessa concepção que é possível adentrar no debate sobre a moral.

Ao considerarmos o indivíduo enquanto ser social, corroboramos com a ideia de que “sua condição de existência pressupõe que suas relações são regimentadas por normas valorativas de comportamento, a partir das quais o homem, consciente e responsável, escolhe a forma ideal de suas ações.” (BARROCO, 2010a). Assim como os valores são relacionados a princípios e não a atitudes, as normas morais estão relacionadas à ação dos indivíduos, que conforme explicitado anteriormente são sempre motivadas por uma valoração. Dessa forma, a moral está relacionada ao modo de se comportar do ser humano.

Em tempo, não é possível afirmar que as normas morais necessariamente se traduzem em leis, ou exigências formais de comportamento, mas obviamente tem força social e em determinados contextos pode ter força maior do que as próprias leis em uma sociedade. Isto se dá pelo fato de que a moral é uma atividade prática, social, solo para as escolhas no seio das relações sociais, se conformando enquanto a dimensão prática do cotidiano em uma coletivização e singularização dos valores, como explicita Heller (1991, p. 132), “a moral é a relação entre o comportamento singular e a decisão singular, por um lado, e as exigências genérico-sociais, por outro”. Vasquez também ressalta que

A moral é um sistema de normas, princípios e valores, segundo o qual são regulamentadas as relações mútuas entre os indivíduos ou entre estes e a comunidade,



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

de tal maneira que estas normas, dotadas de um caráter histórico e social, sejam acatadas livre e conscientemente, por uma convicção íntima, e não de uma maneira mecânica, externa ou impessoal. (VASQUEZ, 1998, p. 12)

Podemos assumir, portanto, que a moral é uma produção social e que tem por objetivo fundamental a regulação da vida em sociedade; que ao fazê-lo, garante a hegemonia de determinados interesses, contribuindo para a manutenção de uma ordem social. Surge, então, como uma forma de “assegurar as concordâncias de cada um com os interesses coletivos” (VASQUEZ, 1998, p. 40), o que pressupõe a existência de conflitos e disputa entre os diferentes interesses e direções que se quer imprimir à sociedade. Ou seja, nenhuma moral é neutra e assim como há um conjunto de regras e normas hegemônico e dominante, também existem outras morais que podem se apresentar, por vezes antagônicas, à moral hegemônica. Portanto, os indivíduos, enquanto fruto de um processo social e que possuem diferentes níveis de consciência e autonomia, tem diante de si a escolha entre seguir determinados códigos morais ou subvertê-los.

Consoante à elaboração teórica de Vinagre (2012, p. 168), em determinada sociedade existem, a cada conjuntura, distintos códigos morais que podem se contrapor, inclusive entre si, embora, pela força da ideologia dominante exista a prevalência de uma moral que corresponde a visão de mundo das classes que detêm o poder econômico, político, social e cultural e que é introjetada e legitimada a nível social e individual e, portanto, também a nível subjetivo. Assim, em uma sociedade em que a produção das mercadorias e a reprodução da vida tem como base a sociedade de classes, a moral dominante tenderá a atender aos interesses da classe que detém o poder político-econômico.

Ainda que apenas uma moral seja dominante, que em nosso tempo é a moral burguesa, a correlação fundamental entre capital e trabalho se expressa em um processo contraditório da sociedade, dando espaço – a depender da disputa e da transição dos níveis de consciência – a elaboração de uma moral contra hegemônica, ou seja, que se oriente a processos de transformação. Uma moral que apresenta valores e interesses que contrariam valores que não deveriam fazer parte das regras coletivas, mas que mesmo assim estão em vigor, como a competitividade acima de tudo, o individualismo exacerbado, dentre outros.

Assim, há o questionamento: o que deveria fazer parte da moral? Valores, normas, regras que, apesar de serem interiorizadas na singularidade, estejam em consonância com o desenvolvimento do coletivo, do gênero humano, com a participação, a fim de que as necessidades singulares realmente correspondam com as exigências genérico-sociais. Partindo



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

dessa concepção, pode-se compreender o moralismo, uma vez que colocar no campo da moral, questões que não dizem respeito a esta - impedindo a constituição de pensamento crítico em um objetivo de apenas disseminar valores conservadores que em nada tem conexão com as exigências da humanidade como um todo - se configura como pilar da sociedade capitalista que se utiliza do referido moralismo para a manutenção da dominação entre as classes. É a partir dessa falta de conexão entre a singularidade e a genericidade que se abre o espaço para o descontentamento, do não pertencimento e não reconhecimento à moral dominante, e conseqüentemente fomentar potencialmente a quebra das normas instituídas. Embora o cotidiano seja o espaço das respostas imediatas, também tem presente a materialidade que dá origem à transgressão enquanto ruptura com a moral hegemônica. Tal ruptura, no capitalismo, se expressa enquanto uma forma de busca e luta por uma existência humana autêntica, pois é na vida material que se encontram as respostas aos problemas da realidade.

Nesse sentido, concordamos com Barroco (2007, p. 27) ao apregoar que “a moral sempre comporta transgressões e negações que só podem ocorrer diante da possibilidade de escolha instituída através da consciência crítica e da criação de códigos morais alternativos” e nesse processo as diferentes práxis humanas - tais como a arte, a política, dentre outras – são importantes para a construção de outros códigos morais alternativos à moral burguesa. Assim, na batalha das ideias, por ganhar corações e mentes - em uma disputa que relaciona objetividade e subjetividade, coletividade e individualidade – que há a possibilidade de conquistar mudanças em determinadas normas e regras dominantes, mesmo antes da necessária mudança do modo de produção. Algumas possibilidades de mudança no terreno da moral, enquanto histórica, social e mutável, podem se dar: no modo de produção, ao causar mudanças nas relações sociais entre os trabalhadores, assim como em relação aos seus valores; no comportamento, através de transgressões as normas vigentes; e conseqüentemente na construção de códigos morais que explicitem as contradições da moral burguesa. Tais mudanças não são lineares, nem tampouco podem ocorrer através de um esforço individualizado, pois todas as mudanças referidas são parte de um mesmo processo.

## **2.1 A ação ética e o ético-político**

A suspensão do cotidiano e a possibilidade de ação ética revela o caráter de desvelar os atos humanos e sua relação com as normas, para uma compreensão crítica e verificação da



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

concordância das referidas normas com a demanda da realidade social. Ou seja, se elas realmente atendem aos interesses coletivos de uma sociedade em seu determinado período histórico. Não se trata de elencar o que é certo ou errado, bom ou ruim, pois não cabe à ética a criação de códigos morais; ao tempo oferece uma reflexão sobre os códigos, os quais, em um processo de serem pensados e revistos, acabam por fomentar um retorno ao concreto em um movimento de ação-reflexão-ação. Por isso, diferente de colocar a ética enquanto norma e dever ser, podemos afirmar que é a partir de tal movimento de ação-reflexão-ação que cabe a ética apresentar valores e princípios que deem diretrizes à ação moral e assim criando espaço para tomar a expressão de normas.

Um exemplo prático é se tomarmos uma moral conservadora patriarcal que defende a figura masculina enquanto central em uma sociedade e conseqüentemente no mundo do trabalho, onde mulheres ganham salários menores do que homens para desempenharem a mesma função; em uma reflexão ética, diante dessa moralidade em vigor, podemos afirmar que esse código moral não tem fundamento na realidade concreta e objetiva, tratando-se de valores abstratos e a-históricos. A reflexão ética, nesse sentido, está pautada em uma concepção de humano que tem em sua base a defesa de valores emancipatórios.

A ética, assim, “é a referência valorativa que estabelece parâmetros das relações dos indivíduos com a sociedade” (PAIVA, 1996, p. 108) e ao pensarmos que as relações têm por objetivo a realização humana, consideramos que tal realização terá diferentes significados e valores, bem como princípios éticos diferentes em cada momento histórico. É compreendendo que a cada explicação sobre o homem e a sociedade, dentro de teorias e da filosofia, e em correlação com interesses sociais, são consubstanciadas diferentes éticas no decorrer da história, pois são diferentes as formas de buscar a realização humana enquanto orientações e princípios construídos sobre as escolhas morais em vigor.

Uma vez que a moral regimenta a relação entre os homens, a partir de uma relação de objetividade e subjetividade, individualidade e coletividade, é no terreno desta moral que há a potencialidade da ação ética. Não há ética sem escolhas livres e conscientes criticamente, mesmo que o nível dessa consciência não seja o mesmo para todos. Quanto maior o nível de consciência presente nas escolhas, maior a possibilidade de saída de uma consciência superficial para uma consciência crítica, e conseqüentemente, maior a possibilidade de ultrapassar o campo da moral para o campo da ética. Em outras palavras, maior a possibilidade de as ações morais terem o horizonte ético. Dessa forma, quando a ação ética é traduzida na



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

moralidade, há a objetivação do sujeito ético, pois a ação ética, ontologicamente, sempre leva em conta o outro e a sociedade. É na convergência da singularidade individual e totalidade social que se dá uma ação ética.

## 2.2. A suspensão do cotidiano e a práxis ético-política

É o reconhecimento da genericidade, sem eliminar a vivência da singularidade, que compõe o solo fértil para a realização das atitudes éticas, uma vez que “a elevação ao humano-genérico não significa jamais a abolição da singularidade” conforme explicita Heller (1972, p. 24). O desafio que se apresenta é como realizar uma conexão entre o “eu” e o “nós” que possibilite inteireza, pois “o indivíduo é sempre, simultaneamente, ser singular e ser genérico” (HELLER, 1972, p. 20). Nesse sentido, para nos reconhecermos em nossa genericidade, sem abdicar da singularidade, na vida cotidiana, que é a vida dos homens, há o desafio da suspensão desse mesmo cotidiano em uma relação com o outro que ultrapasse a moralidade, traduzindo-se em ações éticas. Quando a suspensão da cotidianidade ocorre em um processo crítico e consciente, temos a objetivação do sujeito ético, proporcionando uma elevação do humano genérico que possibilite a realização humana.

Enquanto práxis possibilitadora da ação ética e do sujeito ético, nos pautamos em Heller (1972) e Lukács (1978), que apontam a educação, a cultura, a arte, a política, o trabalho criador e a ciência – considerando nesse campo a própria filosofia e a reflexão teórica ética – como instrumentos essenciais para a suspensão do cotidiano alienado. Tal suspensão não deve ser pensada como uma forma de viver fora da realidade, ao contrário disso, as vivências que proporcionam uma suspensão da cotidianidade se encontram em um movimento, que inicia no distanciamento do cotidiano, e que retorna a esse através de novas formas de humanização da vida.

Está contida aqui, nitidamente, uma dialética de tensões: o retorno à cotidianidade após uma suspensão (seja criativa, seja fruidora) supõe a alternativa de um indivíduo mais refinado, educado (justamente porque se alçou à consciência humano genérica); a vida cotidiana permanece ineliminável e inultrapassável, mas o sujeito que a ela regressa está modificado. (NETTO, 1994, p. 70)

O autor ressalta que a dialética da cotidianidade e da suspensão do cotidiano se configuram como a própria dialética da constituição e do desenvolvimento do ser social. Nesse escopo, podemos situar a práxis ético-política, pois, centrada na reflexão da realidade sobre a qual são erigidos os códigos morais, a ética demanda uma suspensão do cotidiano, o qual





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

anteriormente mencionamos ser o espaço do imediatismo e da alienação. A referida “suspensão da cotidianidade” (HELLER, 1991) pode ser observada através das análises de Barroco (2010b, p. 55):

a reflexão ética supõe a suspensão da cotidianidade: não tem por objetivo responder às suas necessidades imediatas, mas sistematizar a crítica da vida cotidiana, pressuposto para uma organização da mesma para além das necessidades voltadas exclusivamente ao “eu”, ampliando as possibilidades de os indivíduos se realizarem como indivíduos livres e conscientes.

Diversos autores se debruçaram sobre a questão da suspensão do cotidiano, como Heller (1972, p. 26), quando afirmou que “as formas de elevação acima da vida cotidiana que produzem objetivações duradouras são a arte e a ciência” e na mesma linha de pensamento podemos aludir a concepção de Netto (1994, p. 69) o qual destacou que a suspensão do cotidiano é possível através do “trabalho criador, a arte e a ciência”. A partir dos referidos autores podemos chegar à conclusão de que a própria ética pode se configurar como uma possibilidade de suspensão do cotidiano.

Conforme aponta Heller (1972) e Netto (1994), por vezes a moral e o cotidiano aprisionam os homens em sua dimensão singular. Tal aprisionamento dificulta o reconhecimento entre as pessoas quanto às suas similitudes e seu pertencimento coletivo, tornando-as individualistas em grau acentuado quando nos referimos à moral burguesa. Enquanto sociedade de classes, a sociabilidade capitalista por sua própria dinâmica impõe uma realidade de distanciamento e alienação da objetivação das diversas capacidades humanas, inclusive da ética. Nessa sociedade não podemos dizer que não existe ética, pois as referências que balizam nossa concepção não são abstratas ou dicotômicas no que se refere à sua realização. Nesse sentido, Barroco (2010a, p.14) aborda a ética enquanto “função mediadora na luta social contra a ideologia burguesa, pois fazendo parte das escolhas humanas, as ações éticas interferem, de algum modo, nos processos sociais”. A autora ressalta ainda:

Uma ética configurada como reflexão crítica e sistematização teórica orientada por pressupostos socio-históricos e dirigida a valores emancipatórios é consciente de seus limites e objetivos na sociedade burguesa, mas pode contribuir para a ampliação de uma consciência social crítica. (BARROCO, 2010a, p. 84)

Dessa forma, enquanto contraposição à moral burguesa, que tem correspondência com o *ethos* burguês, considerando os apontamentos realizados sobre práxis, possibilitadores na busca por uma vivência ética, o estabelecimento de ações pautadas em uma crítica radical ao moralismo e ao conservadorismo são a chave para a construção de valores contra hegemônicos na realidade. A alteridade e a relação com o outro, nessa perspectiva, se traduz em ações de



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

fato éticas e conseqüentemente possibilitando a construção um novo *ethos*, o qual na sociedade de classes, para ser socialmente construído necessita de estreita relação com a política.

Enquanto pôr teleológico secundário, a ética dirige-se à transformação dos homens entre si, de seus valores, exigindo posicionamentos, escolhas, objetivando a liberdade, a universalidade e a emancipação do gênero humano. Assim, observa-se que a práxis não se esgota no trabalho – que é sua forma primária – como ressaltam Netto e Braz (2006, p. 44) “quanto mais se desenvolve o ser social, mais as suas objetivações transcendem o espaço ligado diretamente ao trabalho”. Dessa forma, além das formas de práxis que se referem ao trabalho enquanto transformação da natureza, há aquelas voltadas à transformação das ideias, dos valores, do comportamento e da ação dos homens, onde se insere a ação ético-política

Na sociedade capitalista, organizada a partir da propriedade privada dos meios de produção e das classes sociais, da divisão social do trabalho e da exploração do homem pelo homem, a objetivação histórica da ética é limitada e desigual convivendo com a sua negação. Isso evidencia o fenômeno da alienação, que expressa o antagonismo entre o desenvolvimento do gênero humano – em termos do que a humanidade produziu material e espiritualmente – e sua apropriação pela totalidade dos indivíduos. Isto se expressa uma vez que esta é

uma ordem social que progride pelo desenvolvimento das contradições a ela imanentes [...] atinge a ‘liberdade’ pela exploração, a riqueza pela pobreza, o crescimento da produção pela restrição do consumo [...], o mais alto desenvolvimento das forças produtivas coincide com a opressão e a miséria totais. (MARCUSE, 1978, p. 284, 285)

Segundo Netto (1999), em tempos de capitalismo e moral burguesa, como sistema normativo dominante nas relações sociais como um todo, a ética se configura como crítica sistemática à vida cotidiana em seus aspectos morais, isto é, ao individualismo e egoísmo moral, entendidos como valores negativos ao desenvolvimento coletivo, já que “estão calcados na apropriação privada e concentração da riqueza socialmente construída pelo gênero humano”. Nesse contexto, estão implicadas as disputas fundamentais entre o capital e o trabalho, ou seja, entre a classe que vive do trabalho e a classe que se apropria majoritariamente da riqueza produzida: a luta de classes entre os trabalhadores e a burguesia. Nesta disputa há um movimento de manutenção de valores, concepções e formas de viver e que ao mesmo tempo são questionadas, subvertidas, desconstruídas ou reconstruídas nos diferentes espaços da vida individual e coletiva. Dessa forma, compreende-se que há uma intrínseca relação entre a ética e a política ou o que se denomina de ético-político. Podemos compreender melhor tal relação a partir das afirmativas de Vasquez (1998, p. 76):



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Enquanto a moral regulamenta as relações mútuas entre os indivíduos e entre estes e a comunidade, a política abrange as relações entre grupos humanos [...] A política inclui também a atividade das classes ou dos grupos sociais através das suas organizações específicas orientada para consolidar, desenvolver, derrubar ou transformar o regime político-social existente. A atividade política implica, também, na participação consciente e organizada de amplos setores da sociedade. Desta maneira, sem excluir que ocorram também atos espontâneos dos indivíduos ou dos grupos sociais, a política é uma forma de atividade prática, organizada e consciente.

É precisamente no bojo desse movimento de crítica sistemática à vida cotidiana, na qual impõe-se necessária desconstrução de valores e moral dominante para a construção de concepções que oportunizem o fortalecimento de uma questão ético-política orientada para o desenvolvimento do gênero humano, que entram os espaços fundamentais de disputa, tais como a educação enquanto projeto de classes e a própria formação profissional. As concepções de formação e de educação tem em sua base um pôr teleológico secundário, constituindo-se enquanto solo fértil para a pensar a manutenção ou transformação da realidade.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que a ética enquanto modo de ser, refere-se à relação do eu com o outro, não como uma individualidade em seu sentido puro, mas em representação, mesmo que em certo grau, de uma coletividade, relação esta que se expressa em uma conjunção entre subjetividade e a objetividade da vida social. Ressaltamos que no presente artigo ao tratarmos da ética enquanto capacidade humana, referimo-nos a ela como uma possibilidade do ser social tomar ações éticas ao se reconhecer enquanto um sujeito ético, porém não quer dizer que estejamos defendendo a realização ou a existência de apenas uma única ética. Apesar disso, defendemos a necessidade de uma luta e conseqüente efetivação dos direitos humanos, a qualquer tempo e em qualquer tipo de sociedade, como conseqüência dessa possibilidade de reconhecimento do ser humano genérico. Portanto, referimo-nos a ética como forma de possibilitar parâmetros que possam auxiliar a pensar a relação do homem com o homem no cotidiano, tendo como objetivo a retomada de nossa humanidade. Ora, uma vez que a moral regimenta a relação entre os homens, a partir de uma relação de objetividade e subjetividade, individualidade e coletividade, é justamente no terreno desta moral que há a potencialidade da ação ética.

Enquanto sociedade de classes, a sociabilidade capitalista por sua própria dinâmica impõe uma realidade de distanciamento e alienação da objetivação das diversas capacidades humanas, inclusive da ética. Nessa sociedade não podemos dizer que não existe ética, pois as



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

referências que balizam nossa concepção não são abstratas ou dicotômicas no que se refere à sua realização. Evitando que caiamos em um fatalismo ou determinismo que não cabe ao raciocínio aqui proposto, não podemos afirmar que não há nenhum aspecto da ética realizado em nossas relações sociais, apenas por termos consciência da impossibilidade de vivermos a plena materialização dessa ética na vida social no modelo de sociabilidade capitalista. Barroco (2009, p.214) já sinalizara a ética enquanto “função mediadora na luta social contra a ideologia burguesa, pois fazendo parte das escolhas humanas, as ações éticas interferem, de algum modo, nos processos sociais”.

Dessa forma, enquanto contraposição à moral burguesa, que tem correspondência com o ethos burgues, considerando os apontamentos realizados sobre práxis possibilitadores na busca por uma vivência ética, o estabelecimento de ações pautadas em uma crítica radical ao moralismo e ao conservadorismo são a chave para a construção de valores contra-hegemônicos na realidade. A alteridade e a relação com o outro, nessa perspectiva, se traduz em ações de fato éticas e conseqüentemente possibilitando a construção um novo ethos, o qual na sociedade de classes, para ser socialmente construído necessita de estreita relação com a política. Nesse ponto é possível concluir que a efetiva realização da ética só se dá na vivência com a política em uma unidade diversa. Por fim, a objetivação da nossa capacidade ética apresenta a possibilidade concreta de uma vida cheia de sentido, não apenas para um, mas para toda a humanidade. O exercício da capacidade ética no coloca, enquanto coletivo, enquanto sociedade, no lugar de humanidade.

## REFERÊNCIAS

- BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Sociedade** (curso de capacitação ética para agentes multiplicadores). Brasília, Conselho Federal de Serviço Social – CFESS. 2007
- \_\_\_\_\_. Fundamentos éticos do Serviço Social. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. CFESS, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Ética: fundamentos sócio históricos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010a.
- \_\_\_\_\_. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2010b.
- BONETTI, Dilsea Adeodata et al. **Serviço social e ética: convite a uma nova práxis**. 2. ed. São Paulo: Cortez; CFESS, 1998
- HELLER, Agnes. *Sociologia de la vida cotidiana*. 3 ed. Barcelona, Península, 1991.
- \_\_\_\_\_. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- LUKÁCS, György. **Introdução a uma estética Marxista** – Sobre a categoria da particularidade. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 1978.
- \_\_\_\_\_. **Ontologia do Ser Social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MARCUSE, Herbert. *Razão e Revolução: Hegel e o advento da teoria social*. Tradução de Marília Barroso. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NETTO, José Paulo. "Para a crítica da vida cotidiana". In: NETTO, José Paulo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 3 ed. São Paulo, Cortez, 1994

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006

PAIVA, Beatriz A. et al. "Reformulação do código de ética: Pressupostos históricos, teóricos e políticos". In: BONNETTI, Dilséa A. et al. (org.). **Serviço Social e ética: um convite a uma nova práxis**. São Paulo, Cortez/CFESS, 1996.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. 18 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998

VINAGRE, Marlise. *Ética Profissional: por uma ampliação conceitual e política*. In: BONNETTI, Dilséa Adeodata et al (org.). **Serviço Social e Ética**. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 167-176.